



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
Licenciatura em Sociologia, Variante de Ciência Política

CONSTITUCIONALISMO BRITÂNICO

DIREITO E TEORIA CONSTITUCIONAL

Joana Galvão de Melo – N° 132001033
Leonor Ramires Pinto - N° 132001039

Definição de Constitucionalismo:

Constitucionalismo é a teoria (ou ideologia) que ergue o princípio de governo limitado indispensável à garantia dos direitos em dimensão estruturante da organização político-social de uma comunidade.

Constituição Histórica

O Reino Unido é um Estado constitucional, uma sociedade política, sem conceito de Estado e sem uma constituição escrita codificada. Não possui um texto único em que estejam codificadas as normas da sua constituição política, deve dizer-se que a Grã-Bretanha tem uma constituição não escrita. No entanto, existem leis constitucionais escritas, sendo essas pequenas parcelas do edifício político britânico.

O processo constitucional inglês obedece a um modelo gradualista, no qual se distinguem três grandes fases:

1^a. A fase dos primórdios, iniciada com a *Magna Carta* em 1215;

2^a. A fase da transição, no século XVII é marcada pelas lutas de poder entre a coroa e o parlamento, das quais resultaram a Petição de Direito (*Petition of Right*) de 1628, as revoltas de 1648 e 1688 e a Declaração de Direitos (*Bill of Rights*) de 1689;

3^a. A fase contemporânea, data cerca de 1832, e foi marcada pelas reformas eleitorais que tendem a alargar o direito ao sufrágio.

O Reino Unido

As leis que ao longo do tempo foram criando o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte também se devem considerar constitucionais.

País de Gales – 1283 – *Statute of Wales*

Escócia – 1707 – *Act of Union*

Irlanda – 1800 (a partir de 1921, só a Irlanda do Norte)

Supremacia do Parlamento e a sua Composição

Parlamento é o órgão supremo da Grã-Bretanha. A ele compete-lhe alterar a constituição, fazer leis e orientar os ministros que formam o gabinete.

O Parlamento é composto por três elementos: a Coroa, a Câmara dos Lordes e a Câmara dos Comuns.

A *Coroa* é a instituição que individualiza a unidade do Estado. O seu titular é o Rei.

A *Câmara dos Lordes* é composta por um número ilimitado de lordes temporais, por 26 “lordes espirituais” e 9 lordes judiciais.

A *Câmara dos Comuns* é formada por 630 membros, eleitos por sufrágio directo e universal por círculos territoriais.

A Coroa

A Coroa, instituição monárquica, corresponde na terminologia jurídica inglesa à expressão do interesse colectivo que na linguagem continental traduzimos por *Estado*.

Na Constituição britânica actual o rei conserva apenas dois direitos: o *direito de ser informado* de todos os actos e factos importantes da vida política e o *direito de aconselhar* o governo.

A Câmara dos Lordes

A Câmara é presidida pelo *Lord Chancellor*, membro do governo que não tem de fazer parte dela e cujas funções o tornam Ministro de Justiça. Ao rei pertence criar os lordes em número ilimitado, conferindo títulos de nobreza com atribuição de pariatos a cidadãos que se tenham distinguido nas várias áreas da vida profissional.

A Câmara está reduzida a um mero papel retardador. A Câmara funciona como tribuna política e como conselho técnico: mas não já como órgão de governo.

A Câmara dos Comuns

A preponderância do parlamento pertence hoje à Câmara dos Comuns visto que:

1. tem o direito de fazer passar as leis mesmo contra o voto dos Lordes e na certeza de que a Coroa não negará a sanção;
2. Só ele pode efectivar a responsabilidade política do gabinete e fazer tombar o ministério;
3. É no seu seio que se manifesta a força dos poderes políticos e se define a maioria donde sai o gabinete.

Esta preponderância afirma o actual carácter democrático do regime britânico e nasceu do alargamento do direito de sufrágio.

Os Partidos Políticos

Desde o século XVII que os partidos políticos são uma peça essencial do sistema constitucional britânico.

Tories – Partido Conservador

Whigs – Partido Liberal

Século XX – um novo partido –
Partido Trabalhista

O Sistema Bipartidário

Qual o motivo da preferência inglesa pelo sistema bipartidário?

O bom senso inglês sabe que o sistema parlamentar não pode funcionar satisfatoriamente senão com dois partidos.

O partido que alcançar a maioria nas eleições pode governar durante 5 anos, salvo em caso de dissolução.

O dirigente do partido triunfante nas eleições passa a chefe de governo e do gabinete. Para ministros leva colaboradores seus, desde que sejam membros do parlamento.

A Câmara dos Comuns, é hoje em dia, mais uma assembleia de discussão do que assembleia legislativa.

O Governo e o Gabinete

O Governo

- Primeiro Ministro – *First Lord of the Treasury*
- *Senior Ministers*
 - *Lord Chancellor*
 - *Lord Presidente do Conselho*
 - *Chanceler do Exchequer*
 - *Chanceler do Ducado de Lencastre*
 - *Secretários de Estado*
 - *Primeiro Lord do Almirantado*
 - *Presidente do Board of Trade*
 - *Postmaster General*
 - *Lord do Selo Privado*
- *Junior Ministers*
 - *Secretários Parlamentares*
 - *Subsecretários de Estado Parlamentares*
 - *Financial Secretary*
 - *Junior Lords of the Treasury*
- *Attorney General*
- *Solicitor-General*

O Gabinete

O Gabinete é formado por alguns *Senior Ministers*, escolhidos pelo Primeiro Ministro. Nele, discutem-se os problemas políticos e define-se a orientação do Governo.

O *Gabinete* é quem responde tecnicamente pela política geral do Governo perante o Parlamento, perante a Coroa e a Nação.

A Origem do Gabinete

- Evoluiu a partir do *Conselho Privado (Privy Council)*;
- Depois da Revolução de 1688 os conselheiros passaram a ser escolhidos pelo Rei de entre os mais influentes membros do Parlamento;

Aparecimento do Primeiro Ministro

- Jorge I – alemão de nascença, ignorava o inglês e deixou de presidir o Gabinete;
- Era necessário alguém que dirigisse os trabalhos e que servisse de intermediário entre os conselheiros do Gabinete e o Rei;
- Os conselheiros, durante um Governo *whig*, nomearam um deles, Walpole, para desempenhar essa função;
- Daqui veio resultar:
 1. Que o Gabinete passou a ser o verdadeiro Governo e não apenas o Conselho do Rei;
 2. Que os membros do Gabinete puderam ser plenamente responsáveis perante o Parlamento, visto deliberarem sem a presença do Rei;
 3. Que o Gabinete passou a depender da confiança do Parlamento;
 4. Que se destacou no Gabinete a função de um ministro, que o representava perante o Rei e o Parlamento.
- A denominação “Primeiro Ministro só apareceu no século XIX e só no século XX foi consagrada por lei no *Ministers of the Crown Act* de 1937.

O Sistema Inglês de Governo Parlamentar

O *sistema de governo parlamentar* consiste no seguinte: o governo está sempre representado nas reuniões das duas Câmaras para responder às perguntas que lhe são formuladas e para tomar parte nos debates sobre os problemas ou sobre os projectos de lei. Daqui dizer-se que o Governo é *responsável perante o Parlamento*.

O Conselho Privado e as “Orders in Council”

- Além do Governo e do Gabinete existe ainda o *Conselho Privado (Privy Council)*;
- Sempre que se constitui um governo é designado o *Lord Presi-dente do Conselho*, que geralmente faz parte do gabinete;
- Raras vezes o Conselho Privado reúne-se em sessão plenária;
- Hoje em dia, são frequentes as vezes em que o Conselho se reúne em sessão de expediente, ou para exercer as suas funções judiciais como Supremo Tribunal das Colónias (*Judicial Committee*) ou para a aprovação de decretos denominados *Orders in Council*.